

Henry E. Allison e o kantismo analítico

[*Henry E. Allison and analytical Kantianism*]

Alexandre Alves¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil)

DOI: 10.5380/sk.v23i2.95351

Resumo

O trabalho de Henry E. Allison se insere no que podemos chamar de *kantismo analítico*, uma recuperação de elementos centrais do pensamento kantiano num contexto filosófico analítico que se iniciou em 1966 com a obra de Strawson, *The Bounds of Sense*. No cerne da investigação filosófica de Allison no livro *Kant's Transcendental Idealism* está a intenção de reabilitar o idealismo sob uma forma aceitável para a filosofia analítica contemporânea. Para entender melhor o alcance e a importância desse projeto, neste artigo proponho uma recapitulação da relação, muitas vezes complexa e problemática, da tradição analítica com a filosofia teórica de Kant.

Palavras-chave: filosofia analítica; idealismo; positivismo lógico; lógica; psicologismo.

Abstract

Henry E. Allison's work is part of what we can call analytical Kantism, a recovery of central elements of Kantian thought in an analytical philosophical context that began in 1966 with Strawson's *The Bounds of Sense*. At the heart of Allison's philosophical inquiry in *Kant's Transcendental Idealism* is the intention to rehabilitate idealism in a form acceptable to contemporary analytic philosophy. To better understand the scope and importance of this project, in this article, I propose a recapitulation of the often complex and problematic relationship between the analytic tradition and Kant's theoretical philosophy.

Keywords: analytic philosophy; idealism; logical positivism; logic; psychologism.

¹ Doutor em história econômica pela Universidade de São Paulo, doutorando em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0810-650X>. E-mail: alexandre.alves@ufrgs.br

No curso das últimas décadas, os livros de Henry E. Allison acabaram por se tornar referências incontornáveis em qualquer pesquisa sobre o pensamento de Kant, ou seja, é impossível discutir seriamente qualquer aspecto da filosofia teórica e prática de Kant sem mencionar livros seminais como *Kant's Transcendental Idealism*, *Kant's Concept of Freedom* e *Kant's Transcendental Deduction*. Não é por acaso que Allison é amplamente considerado um dos mais importantes intérpretes de Kant no século XX. Os livros e estudos de Allison foram escritos com a clareza cristalina, a elegância e atenção quase obsessiva aos detalhes que caracterizam a melhor historiografia analítica da filosofia. Mas, sua relevância não se restringe ao seu aporte historiográfico para o esclarecimento dos principais textos e argumentos de Kant, pois Allison se volta para esses textos e argumentos com um olho no que estava acontecendo na filosofia analítica contemporânea. No cerne de sua investigação está a intenção de reabilitar o idealismo sob uma forma aceitável para a tradição analítica. Neste texto, proponho um breve sobrevoo histórico por essa tradição da perspectiva de sua relação, muitas vezes complexa e problemática, com o pensamento de Kant. Esse sobrevoo será útil para que possamos entender melhor o alcance e o significado da proposta de reabilitação do idealismo transcendental no livro mais importante de Allison: *Kant's Transcendental Idealism*.

Mas quando se fala em “reabilitar” o idealismo transcendental, logo nos ocorre a questão: mas quando e por que razões ele foi “desabilitado”? É importante ressaltar que aqui se trata apenas do contexto específico da filosofia analítica anglo-americana; não entrarei no destino do kantismo na filosofia dita “continental” no decorrer do século XX, um processo também complexo e problemático que se entrelaça com a história das principais correntes filosóficas continentais, como a fenomenologia, a teoria crítica e o pós-estruturalismo.

Para a análise que se segue, me valerei bastante do livro de Robert Hanna, *Kant e os fundamentos da filosofia analítica*. Segundo ele, a própria tradição como um todo provém de um complexo e prolongado esforço de refutação da filosofia teórica de Kant. Nas palavras de Hanna:

[...] a tradição analítica emergiu da filosofia de Kant no sentido em que seus membros conseguiram definir e legitimar suas opiniões por intermédio unicamente de um engajamento intensivo e extensivo com a primeira *Crítica* e uma rejeição parcial ou total dela. [...] O Kant que estudamos hoje é evidentemente um Kant que foi reelaborado e que nos é apresentado por aqueles que participaram diretamente da longa e tortuosa luta da tradição analítica com a primeira *Crítica*. Ou seja, lemos necessariamente a filosofia teórica de Kant a partir de *dentro* do arcabouço histórico e conceitual da filosofia analítica (Hanna, 2004, p. 21, 22).

Para introduzir a questão, temos que nos remeter aos primórdios da filosofia analítica, ao modo como “pais fundadores” da tradição analítica, Frege, Moore e Russell, entenderam Kant. Passarei rapidamente por Frege para me concentrar mais na crítica da concepção kantiana de juízo por Moore e Russell, que foi determinante para o modo como a tradição analítica posterior encarou o idealismo transcendental kantiano.

Frege foi um crítico do “psicologismo lógico”, entendido como a tese de que a lógica e a matemática possam ser totalmente explicadas pela psicologia empírica. Essa tese tem três consequências que, para Frege são inaceitáveis: 1) as leis necessárias da lógica seriam redutíveis às generalizações contingentes de uma ciência empírica (no caso, a psicologia), ou seja, um conhecimento *a priori* seria redutível a um conhecimento factual *a posteriori*; 2) o conteúdo proposicional público seria semanticamente redutível às idiossincrasias incommensuráveis dos indivíduos; 3) a verdade lógica deixaria de ser objetiva e passaria a ser relativa a indivíduos, comunidades ou espécies.

Nas palavras de Frege (do livro *Fundações da aritmética*): “a doutrina de que os conceitos brotam na mente do indivíduo como folhas nas árvores [...] torna tudo subjetivo e, se a seguirmos até suas últimas consequências, essa doutrina destrói a verdade” (citado em McFarlane, 2002, p. 55). Para o projeto logicista de Frege era essencial preservar a objetividade da verdade

lógica, que deveria estar a salvo de qualquer forma de subjetivismo ou relativismo. Para Frege, há dois tipos de questões que não podem de forma alguma ser confundidas, uma sendo de ordem subjetiva e outra objetiva: uma proposição pode ser pensada e, por outro lado, ela pode ser verdadeira, ou seja, uma coisa são os processos e operações mentais (sejam de natureza psicológica ou neurobiológica) por meio dos quais pensamos um conceito ou proposição e outra, completamente diferente, é o seu valor de verdade.

Se Frege atribuía essa forma de psicologismo lógico a Kant é algo que ainda não foi totalmente esclarecido na literatura. Frege não aceitava a teoria intuicionista da matemática em Kant, mas adotou e refinou a dicotomia kantiana entre verdades analíticas e verdades sintéticas. Segundo o logicismo fregeano, todas as verdades da aritmética são verdades analíticas e todos os conceitos aritméticos podem ser expressos em termos puramente lógicos, enquanto para Kant as verdades da aritmética e da geometria são sintéticas *a priori* e não analíticas. Então, Frege rejeita a concepção kantiana de número, mas aceita sua concepção da geometria como sintética *a priori*, ou seja, como dependente da intuição. Frege, na verdade, não acusa Kant diretamente de psicologismo, ponderando que algumas ambiguidades na linguagem kantiana (como o conceito de “representação”, que pode assumir sentido tanto objetivo como subjetivo) conferiam às suas doutrinas uma “coloração subjetiva, idealista”, mas que essa não seria a “verdadeira opinião” de Kant.

O fato é que, para grande parte dos filósofos analíticos, a lógica de Kant, que é monádica, mentalista e intensional, era vista como pré-fregeana e irremediavelmente maculada pelo psicologismo. De acordo com Robert Hanna, Kant acabou sendo escolhido como um bode expiatório conveniente quando o que se queria atacar era o psicologismo generalizado na filosofia do final do século XIX. Essa opinião se consolidou após as críticas dos pais fundadores da filosofia analítica em língua inglesa, George Edward Moore e Bertrand Russell, à concepção kantiana de juízo.

Após terem passado por um breve período idealista, no final do século XIX, Moore e Russell passaram a rejeitar qualquer forma de idealismo em nome de um firme compromisso com um realismo de fundo platônico. Na época em que escreveram suas primeiras obras, o neokantismo era a corrente filosófica dominante no mundo de língua alemã, enquanto no Reino Unido idealistas britânicos como Francis Herbert Bradley e John McTaggart² procuravam efetuar uma síntese sistemática entre as ideias de Kant e de Hegel.

Após ter rompido com seu hegelianismo de juventude, Russell tentou compatibilizar sua postura radicalmente anti-idealista com o realismo platônico. Criticando o psicologismo dos idealistas britânicos, ele sustentava que todo objeto de sensação ou percepção é totalmente independente da consciência e, ao mesmo tempo, que os conceitos da lógica e da matemática são componentes objetivos do mundo. Ao relembrar o que essa ruptura com o idealismo significou para si e para Moore, seu companheiro de jornada, Russell afirmaria:

Bradley argumentou que tudo aquilo em que crê o senso comum é mera aparência; nós resvalamos para o extremo oposto e pensamos que é real tudo o que o senso comum, sem influência da filosofia ou da teologia, supõe ser real. Com uma sensação de termos escapulado de uma prisão, permitimo-nos pensar que a grama é verde, que o sol e as estrelas existiriam mesmo se ninguém tivesse consciência deles e que existe um mundo pluralista e atemporal de ideias platônicas. O mundo, que fora delgado e lógico, subitamente tornava-se rico, variado e sólido (Russell, 1944, citado em Schwartz, 2012, p. 28).

² Como Trendelenburg na Alemanha, Bradley e McTaggart elaboraram sínteses idealistas que combinavam elementos das filosofias de Hegel e de Kant. As duas obras principais de Bradley são *The Principles of Logic* (1883) e *Appearance and Reality* (1893), nas quais elabora um monismo metafísico que rejeita a concepção de que a realidade consista em uma pluralidade de objetos dotados de existência independente, defendendo que a realidade é unitária e constituída somente por ideia ou experiência. Sobre a metafísica de Bradley, cf. Allard, 2005. McTaggart publicou diversos estudos sobre Hegel e sua obra principal, em dois volumes, é *The Nature of Existence* (vol. I, 1921; vol. II, 1927), onde elabora um sistema metafísico que defende a irrealidade da matéria e do tempo. Para uma avaliação de sua filosofia, cf. Geach, 1979.

Já Moore, em sua conferência *A natureza do juízo*, proferida na *Aristotelian Society* em 1898 e publicada no ano seguinte na revista *Mind*, ataca a concepção idealista do juízo, que considera ser o cerne de todo idealismo filosófico. Para ele, os elementos centrais desta concepção são a tese de que toda experiência é de caráter judicativo ou proposicional e a noção de que o juízo é resultado do exercício de capacidades ativas da mente. Na leitura de Moore, o idealista sustenta que a condição para que uma coisa seja objeto de experiência é que ela seja discriminada em nossa consciência mediante conceitos. Assim, nessa concepção de juízo, não poderia haver uma experiência puramente intuitiva no sentido kantiano, pois ao descrevermos nossa experiência, já a estamos subsumindo sob conceitos. Moore, porém, identificava uma confusão lógica nessa concepção, que é o amálgama, que seria típico de todo idealismo, entre as condições de verdade de uma proposição e suas condições de assentimento. Como notou Frege, esses dois tipos de condições pertencem a domínios distintos: as condições de verdade de um juízo são de natureza lógica e objetiva, enquanto suas condições de assentimento de natureza epistemológica e subjetiva. Moore criticava os idealistas por não distinguirem entre esses dois tipos de condições, o que tem como consequência que um juízo possa se tornar verdadeiro pelo mero fato de acreditarmos que seja verdadeiro.

Moore denuncia, assim, na tradição idealista uma usurpação da metafísica pela teoria do conhecimento, com o que toda investigação filosófica acaba por se converter em um exame das condições de possibilidade do juízo. Contra esses pressupostos idealistas, Russell e Moore defenderam sua própria concepção de juízo que, baseando-se na lógica moderna, busca distinguir claramente as duas ordens de condições e, ao fazê-lo, em certo sentido, reabilitar o realismo platônico. Segundo essa concepção, para formular um juízo, temos de apreender intuitiva e não conceitualmente os termos que o juízo relaciona, pois se o conhecimento que o juízo pressupõe fosse de natureza judicativa cairíamos numa regressão ao infinito: nesse caso, um juízo teria como pressuposição um outro juízo, que pressuporia um outro juízo, e assim por diante, sem que nunca se chegasse ao dado efetivo. Essa forma não judicativa e não proposicional de conhecimento é denominada por Russell de conhecimento acusativo ou conhecimento por contato <knowledge by acquaintance>: o contato direto com os dados dos sentidos é visto como a própria condição para que tenhamos conhecimento judicativo ou proposicional de objetos. Um conceito é visto, assim, como um componente abstrato que não depende da mente e que tem o poder de determinar indivíduos concretos agrupando-os em conjuntos e classes, enquanto um juízo é visto como uma conexão específica entre conceitos.

Como rejeitaram a teoria do juízo que está no próprio âmago da filosofia de Kant, junto com ela Moore e Russell condenaram também o idealismo transcendental como uma doutrina indefensável. É, em grande parte, por oposição a Kant que os pais fundadores da tradição analítica redefiniram a tarefa da filosofia como a de decompor proposições e conceitos complexos em seus constituintes mais simples até que se chegue aos componentes elementares que apreendemos por contato direto, mediante intuição e não descrição conceitual. Faz parte dessa nova imagem da filosofia também a tarefa da dissolução de pseudoproblemas pela análise lógica da linguagem, algo que teria enorme influência sobre toda a tradição analítica posterior, particularmente na filosofia da Wittgenstein e no positivismo lógico.

Passando da etapa dos pais fundadores, Russell e Moore, para a segunda fase da tradição analítica, temos agora uma atitude radicalmente antimetafísica que rejeita a metafísica da experiência de Kant, mas, ao mesmo tempo, reformula a filosofia transcendental em termos de um “*a priori* relativizado”.

Nos anos 1920, partindo de sua leitura do *Tractatus* de Wittgenstein, Rudolf Carnap conceberia o projeto de reunir todas as ciências em um sistema unitário de conhecimento. Para isso, ele propunha a refundação da filosofia com base na lógica matemática moderna. Em seu livro *Der logische Aufbau der Welt* (A construção lógica do mundo), publicado em 1928, Carnap pretendia mostrar que é possível derivar logicamente todas as proposições científicas de proposições básicas relativas à experiência (que ele chamou de “relatos de observação”); os

conceitos assim derivados seriam unificados dedutivamente em um “sistema de constituição”, que abarcaria todas as ciências. No centro do *Aufbau* estava a ideia de que conceitos e teorias complexos podiam ser reconstruídos a partir de dados sensoriais elementares, utilizando-se para isso apenas relações lógicas e nada mais.

No texto *A velha e a nova lógica*, de 1930, Carnap falava em um “novo método científico da filosofia” que consistiria unicamente na “análise lógica das proposições” e deveria se desenvolver em estreita vinculação com as ciências empíricas (Carnap, 2023). Carnap estava tentando mostrar é que os problemas clássicos da filosofia ocidental – como o problema da realidade do mundo exterior ou o problema da existência de outras mentes – não passam de pseudoproblemas que podem ser eliminados pela análise lógica da linguagem. Segundo ele, esses problemas metafísicos emergem em virtude do instrumental inadequado de que os filósofos se servem para falar do mundo. Segundo ele, o que a filosofia necessitava era de novas ferramentas metodológicas e Carnap as encontrava na lógica matemática desenvolvida por Frege, Russell e Whitehead na virada do século XIX para o século XX. Carnap, portanto, se opõe radicalmente a toda a tradição metafísica ocidental. Ele considerava a filosofia tradicional nada além de uma “poesia conceitual <*Begriffsdichtung*> metafísica” saturada de linguagem desprovida de significado e pseudoproblemas puramente linguísticos. O método da análise teria justamente a função terapêutica e negativa de desfazer esses equívocos, dissolver os falsos problemas, clarear as brumas metafísicas em que o pensamento ocidental se envolveu. Sua função positiva e construtiva seria contribuir para o esclarecimento conceitual e o progresso das ciências e para a construção de um arcabouço unificado de todas as ciências.

Segundo Carnap, a lógica possui caráter tautológico, isto é, numa inferência a conclusão nunca diz mais do que já se encontra nas premissas. Dessa perspectiva, eu posso inferir as consequências lógicas de um conjunto de premissas ou axiomas, o que não posso é inferir um estado de coisas de um outro estado de coisas. Disso derivaria a impossibilidade de qualquer metafísica que pretenda deduzir da experiência algo transcendente, como a “coisa em si” kantiana, que seria o fundamento não experienciável dos objetos de toda experiência possível. Deste modo, pelo fato de uma inferência rigorosa jamais poder nos conduzir ao transcendente, os sistemas metafísicos acabam por introduzir conceitos que não podem ser reduzidos nem ao dado sensorial nem a algo que seja de caráter ultimamente físico e, por isso, se tornam uma espécie de poética conceitual dissociada do mundo empírico. Assim, Carnap considerava os conceitos do idealismo alemão como pseudoconceitos <*Scheinbegriffe*> que, do ponto de vista epistemológico, tinham de ser rejeitados como meras palavras desprovidas de qualquer significado. Nesse sentido, Carnap desqualifica completamente o idealismo transcendental kantiano.

Todavia, também podemos encontrar nos positivistas lógicos a noção, inspirada no pensamento neokantiano, de um “*a priori* relativizado”. Essa noção se manifesta sobretudo em suas concepções sobre a epistemologia da ciência desenvolvidas em resposta à revolução einsteiniana na física. Enquanto para Kant, as condições de possibilidade do conhecimento são fixas e não revisáveis, para os neokantianos e positivistas lógicos como Hans Reichenbach, as condições de possibilidade do conhecimento científico são dinâmicas, em contínua transformação e sempre revisáveis. O *a priori* é dito relativizado porque não se funda em um arcabouço de conhecimento considerado fixo e universal (como as leis newtonianas do movimento e a geometria euclidiana), mas em arcabouços ou modelos sempre provisórios e sujeitos a revisões. A ideia é que o *a priori* deveria se modificar na mesma medida em que a matemática e as ciências naturais evoluem e se transformam.

Contudo, ainda que aceitem a noção de um *a priori* dinâmico e relativizado, a tese kantiana sobre o conhecimento sintético *a priori* é por eles descartada justamente em virtude dos desenvolvimentos da física moderna. Em seu livro *The Rise of Scientific Philosophy*, publicado em 1951, Reichenbach afirmava:

Nós vimos a física ingressar num estágio em que cai por terra o arcabouço kantiano do conhecimento. Os axiomas da geometria euclidiana, bem como os princípios de causalidade e substância, já não são reconhecidos pela física de nossos dias. Sabemos que a matemática é analítica e que todas as suas aplicações à realidade física, incluindo a geometria física, possuem validade empírica e estão sujeitas a correção através de novas experiências: em outras palavras, que o sintético *a priori* não existe (Reichenbach, 1951, p. 48-9).

Os positivistas lógicos adotaram a distinção kantiana entre analítico e sintético, mas, para eles, todo conhecimento é ou analítico *a priori* ou sintético *a posteriori* e, portanto, não poderia existir nenhum conhecimento sintético *a priori*. As verdades analíticas *a priori* são aquelas trivialmente necessárias ou verdadeiras por definição, ou seja, são tautologias ou consequências dedutivas de axiomas lógicos. Já os conhecimentos sintéticos *a posteriori* são derivados de observação e, assim, não podem ser obtidos por mero raciocínio e, por isso, são objeto das ciências empíricas.

Em sua conferência *Kant e a ciência natural*, publicada em 1933, Reichenbach reconhecia a importância histórica da filosofia de Kant, mas ponderava que seus princípios centrais estavam em contradição com os desenvolvimentos da física contemporânea, em particular com a teoria da relatividade e a mecânica quântica. Sua validade, portanto, não seria universal, mas se estenderia tão somente à ciência natural de sua própria época, ou seja, ao paradigma newtoniano que Kant teria equivocadamente identificado com as categorias da própria razão. O fato de Kant ter identificado o espaço euclidiano e a física newtoniana como princípios universais da razão, a despeito dos esforços dos neokantianos no sentido de atualizar o sistema de Kant, tornariam sua filosofia nada mais que um racionalismo dogmático que pertence ao passado. Assim, segundo Reichenbach:

[...] a realização peculiar de Kant foi a de ter desvelado o conceito de conhecimento científico-natural de sua época na forma de uma análise da razão humana. A esse respeito, ele ainda é um representante do classicismo filosófico, pois acredita no caráter absoluto da razão humana que é imutável e cuja estrutura só se revela na forma de um sistema filosófico. Todavia, a aplicação prática, assim como o resultado real de seu método filosófico estão em notável contradição com tal racionalismo dogmático: o que Kant queria era uma análise da razão, mas o que conseguiu foi uma análise da ciência natural de sua época (Reichenbach, 2024, p. 108).

Assim, por um lado, temos a rejeição do idealismo transcendental kantiano por parte dos pais fundadores da filosofia analítica, Russell e Moore que, com base nas conquistas da lógica moderna, defenderam uma concepção realista e platônica do conhecimento. De outro lado, temos sua rejeição por parte dos positivistas lógicos que, em virtude dos avanços na física e na matemática modernas, advogaram uma concepção radicalmente antimetafísica de filosofia. De fato, o desenvolvimento da lógica matemática moderna parecia desqualificar a lógica kantiana, que é mentalista e ainda de molde aristotélico, e o uso da geometria riemanniana na teoria da relatividade de Einstein parecia invalidar o compromisso de Kant com a geometria euclidiana na *Estética Transcendental*. Além disso, a estratégia analítica, inspirada nas ciências, de repartir, isolar e solucionar ou dissolver problemas filosóficos se opunha à concepção sinótica e sistemática da filosofia kantiana.

Apesar dessas críticas, no entanto, a herança kantiana não se perdeu na tradição analítica. Ela acabou sendo reivindicada por filósofos analíticos de peso como Wilfrid Sellars e Peter Frederick Strawson. No pensamento de Sellars, a ideia kantiana de que a mente desempenha um papel ativo na estruturação do nosso conhecimento e de nossa experiência é um tema central (Sellars, 1968). Criticando o que chama de o “mito do dado”, Sellars expandiu esta ideia e desenvolveu a sua própria forma de conceitualismo, defendendo que as categorias conceituais que estruturam nossa mente são essenciais para que esta organize e dê sentido ao mundo. Embora não tenha adotado totalmente o idealismo transcendental, Sellars também se inspirou em Kant em sua ênfase nas condições transcendentais da experiência e do conhecimento, bem como na forma como explorou a relação entre as estruturas conceituais e a realidade

empírica, refletindo as preocupações kantianas sobre a natureza da cognição humana. Porém, é a publicação do livro de P. F. Strawson, *The Bounds of Sense*, em 1966, que constitui o divisor de águas ou o ponto de virada na reabilitação do pensamento de Kant no contexto da tradição analítica.

Porém, mesmo que filósofos analíticos de peso ainda se refiram positivamente a Kant, é inegável que, entre os anos 1920 e 1950, houve um relativo declínio no interesse pela filosofia de Kant nos círculos filosóficos analíticos. Em razão das críticas a que Kant fora submetido por parte dos pais fundadores da tradição analítica, na comunidade filosófica anglo-americana, o interesse pela filosofia teórica de Kant e mesmo pela história da filosofia em geral declinou consideravelmente nesse período. No pós-segunda guerra, os filósofos analíticos eram influenciados pelas várias formas de positivismo ou empirismo lógico e pelas filosofias de base linguística, orientadas para a análise da linguagem comum (Ludwig Wittgenstein e J. L. Austin) ou para a lógica e as ciências naturais, como é o caso de Quine.

Não que o interesse historiográfico na obra de Kant tivesse desaparecido. Quando Strawson publicou sua obra sobre Kant, já havia uma tradição bem estabelecida de interpretação e comentário de Kant em língua inglesa. Autores como Herbert James Paton, Norman Kemp Smith e Graham Bird, entre outros, já haviam escrito diversas obras cuidadosas e filosoficamente bem-fundamentadas sobre a filosofia teórica de Kant. Porém, esses estudos eram encarados por grande parte dos filósofos analíticos como tendo valor unicamente historiográfico, sem relevância para a filosofia contemporânea. Muitos dos analíticos também defendiam uma concepção terapêutica ou minimalista da atividade filosófica, segundo a qual a única competência exclusiva da filosofia seria a análise conceitual, todas as outras investigações possíveis sobre o mundo cabendo exclusivamente às ciências empíricas.

Com a publicação de seu livro, Strawson redespertou o interesse por Kant e criou o que veio a ser chamado de “kantismo analítico” (Glock, 2003; O’Shea, 2006, 2023; Westphal, 2010). Para evitar ambiguidades, é preciso observar que o termo designa aqui certas discussões em torno da filosofia kantiana que surgem de preocupações próprias da tradição analítica. Assim, o kantismo analítico procura reabilitar seletivamente certos aspectos da filosofia kantiana que foram julgados ainda férteis para as discussões de problemas da filosofia contemporânea, deixando outros de lado. Deste modo, Strawson procurou separar o que julgou serem as “realizações analíticas” genuínas da *Crítica da razão pura* do idealismo kantiano, que entendia como uma metafísica dogmática inaceitável. Strawson considerava valiosa a descrição kantiana da estrutura da experiência, mas rejeitava o idealismo transcendental como a doutrina absurda de que “a realidade é suprassensível e de que dela não podemos ter nenhum conhecimento” (Strawson, 1966, p. 16).

Em sua leitura, Strawson não recorre à história da filosofia nem mergulha nos textos kantianos ou suas interpretações ao longo do tempo. Seu objetivo é distinto. Em suas próprias palavras, ele escreve “para aqueles estudiosos da *Crítica* que, como eu, leram e releram a obra com um sentido misto de que nela existe, ao mesmo tempo, grande discernimento e grande mistificação” (Strawson, 1966, p. 11). Com esse objetivo em vista, Strawson desvencilhou partes da estrutura da *Crítica* que eram pensadas como inseparáveis no sistema kantiano, reformulou argumentos e alterou conclusões de modo a tornar a filosofia teórica kantiana aceitável para a comunidade analítica anglo-americana.

Ao rever sua trajetória, décadas mais tarde, Strawson afirmaria: “meu livro foi, pode-se dizer, uma tentativa um tanto a-histórica de recrutar Kant para as fileiras dos metafísicos analíticos, descartando aqueles elementos metafísicos que não fossem passíveis de absorção” (Strawson, 2003, p. 9). A postura de Strawson, que se tornou padrão no kantismo analítico desde então, era de apropriar-se do que é julgado valioso no pensamento de Kant e descartar o resto como incoerente, equivocado ou obsoleto. Assim, além do idealismo transcendental, Strawson também rejeitou toda a psicologia transcendental no intuito de desvencilhar a argumentação

da *Crítica* de pressupostos que Strawson considerava psicologistas para, por assim dizer, separar o joio do trigo.

A interpretação strawsoniana das ideias de Kant deu início a uma controvérsia se que se prolonga até os dias atuais. O kantismo analítico de Strawson rejeita o idealismo kantiano e procura compatibilizar a metafísica da experiência de Kant com os pressupostos empiristas caros a grande parte dos filósofos analíticos até os dias de hoje. E é aqui que se insere a contribuição de Henry E. Allison para o debate.

O argumento central do que viria a ser sua principal obra sobre a filosofia teórica de Kant já se encontra em um artigo de 1969, onde Allison criticava Strawson por ter confundido o idealismo transcendental com o que Kant denominava “idealismo empírico” e que estava associado sobretudo a Berkeley. Essa leitura do idealismo kantiano, argumenta Allison, é um erro antigo e remonta à interpretação subjetivista da *Crítica* por contemporâneos de Kant como Mendelssohn, Hamann e Eberhard.³ Apesar dos esforços de Kant, na edição B da *Crítica* e nos *Prolegômenos*, para desvincular seu idealismo do idealismo subjetivo berkeleyano, essa leitura acabou por arraigar-se ao longo do tempo e deu origem a inúmeros equívocos interpretativos.

É desse diagnóstico que provém o projeto de reabilitar a doutrina kantiana do idealismo transcendental. Segundo Allison, fazia-se necessária uma interpretação e defesa positivas e textualmente fundamentadas do idealismo kantiano, com o propósito de mostrar que ele é inseparável dos argumentos centrais da *Crítica* e que, por isso, não pode ser eliminado, ao contrário do que defendeu Strawson.

Para Allison, o idealismo de Kant se estabelece mediante uma refutação do realismo transcendental e é de natureza metodológica e não metafísica, ou seja, envolve uma tese sobre as condições epistêmicas que nos permitem conhecer o mundo que nossos sentidos nos apresentam, mas não se pronuncia sobre o que seria a “natureza real” deste mundo. Podemos associar o ponto de vista de Allison ao que ficou conhecido como a leitura de “dois aspectos” do idealismo transcendental, que interpreta este último como uma teoria epistemológica que distingue entre dois pontos de vista sobre os objetos da experiência: o ponto de vista humano, a partir do qual os objetos são vistos em relação às condições epistêmicas, intrínsecas às faculdades cognitivas humanas, e o ponto de vista divino, de um hipotético intelecto “puro” ou intuitivo, a partir do qual os mesmos objetos poderiam ser conhecidos em si mesmos e independentemente de quaisquer condições epistêmicas.

A leitura de “dois mundos” do idealismo kantiano, em contrapartida, sustenta que as coisas em si são o fundamento dos fenômenos e fornecem o material que nos é dado na experiência sensorial, mas não fazem parte do mundo espaço-temporal que nos é familiar. Essa leitura mais especificamente metafísica do idealismo de Kant é rejeitada por Allison como incoerente. Ele argumenta que as coisas em si não são uma espécie peculiar de entidades subjacentes ao mundo da experiência e, no entanto, inacessíveis a qualquer cognição. Allison defende que as coisas em si são os mesmíssimos objetos que povoam nossa experiência cotidiana, apenas considerados de dois pontos de vista distintos: enquanto sujeitos às condições particulares da cognição humana, são fenômenos ou aparências, e abstraindo-se dessas condições, são coisas em si mesmas.

Assim, na concepção de Allison, o idealismo transcendental é uma tese epistemológica e

³ A confusão entre realismo transcendental e realismo empírico já estava presente na primeira resenha da *Crítica da razão pura*, publicada em 1782 por Garve e Feder na *Göttinger Gelehrten Anzeigen*. Reagindo a essa crítica, que distorcia seu pensamento, Kant publicou os *Prolegômenos a toda metafísica futura*, em 1783. No apêndice, onde discute especificamente essa resenha, Kant resume nesta formulação o idealismo de tipo berkeleyano: “todo o conhecimento das coisas a partir unicamente do entendimento puro ou da razão pura não é mais do que ilusão, e a verdade existe unicamente na experiência”. O idealismo transcendental, por seu turno, poderia ser reduzido a esta formulação: “todo o conhecimento das coisas a partir unicamente do entendimento puro ou da razão pura não é mais do que ilusão, e a verdade reside apenas na experiência” (Prol, AA 205). Como se pode verificar, a segunda formulação é precisamente o oposto da primeira. Para uma discussão sobre a importância da resenha de Garve e Feder, cf. Mensch, 2006.

não ontológica, pois incide sobre as condições de possibilidade do conhecimento e não sobre o status ontológico das coisas conhecidas. A tese afirma que nosso conhecimento depende de certas condições *a priori* que refletem a estrutura do aparato cognitivo humano. O ponto central dessa tese é a noção de “condição epistêmica”. A ideia mais importante aqui é que não existe um ponto arquimediano, metacrítico, a partir do qual fosse possível avaliar todo e qualquer conhecimento. Esse é justamente o problema com o realismo transcendental que, ao negar que o conhecimento esteja sujeito a condições epistêmicas, é levado a dois tipos de erros: (1) toma condições epistêmicas por condições ontológicas; (2) não reconhece que a cognição humana tem limites determinados por seu modo particular de operar. Assim, Allison apresenta a epistemologia de Kant como uma ruptura radical com as epistemologias de seus predecessores racionalistas e empiristas. Nessa leitura, por negar a sujeitos finitos como nós qualquer participação numa hipotética visão divina, de lugar nenhum, das coisas (pressuposta pelo realismo transcendental), o idealismo kantiano pode ser considerado uma doutrina de modéstia epistêmica que reconfigura completamente as próprias normas do conhecimento.

A inflexão particular que Allison confere ao kantismo analítico, com sua proposta de reabilitação do idealismo transcendental, tem implicações não somente para a história da filosofia, mas também para o cenário da filosofia contemporânea como um todo. O que Allison tentou mostrar em sua obra sobre Kant é que o idealismo continua a ser uma posição filosófica viável e que o idealismo transcendental de Kant é sua forma mais poderosa e sofisticada.

Ao passar em revista grande parte da literatura sobre a filosofia teórica kantiana disponível até então, o livro de Allison acabou por desempenhar o papel de ponte entre o kantismo analítico e as interpretações de Kant na filosofia continental. São mencionados autores como os neokantianos Hans Vaihinger, Erich Adickes e Hermann Cohen até contemporâneos como Gerold Prauss e Paul Guyer, entre muitos outros. Sua análise clara e rigorosa dos textos de Kant conquistou o reconhecimento e o respeito de acadêmicos de diferentes tradições filosóficas. Com isso, *Kant's Transcendental Idealism* tornou-se referência obrigatória em todo estudo sério do pensamento kantiano. Mesmo que não se aceite sua defesa do idealismo transcendental, qualquer tentativa de explicar as teses fundamentais de Kant na *Crítica da razão pura* hoje passa incontornavelmente pelo livro de Allison.

Allison também é um crítico acerbo de certa tendência entre os círculos analíticos de compartimentalizar excessivamente os problemas filosóficos, negligenciando seu enraizamento na história do pensamento filosófico:

Penso que se a filosofia for completamente compartimentalizada, acaba correndo o risco de se converter em um exercício completamente estéril. E penso que várias pessoas já chamaram a atenção para a analogia entre alguns dos desenvolvimentos da filosofia analítica em meados deste século e algumas das coisas que estavam ocorrendo no século XIV, quando um escolasticismo estreito perdera de vista o que era realmente importante [...]. Boa parte da filosofia analítica contemporânea consiste, a meu ver, numa espécie de reinvenção da roda, no sentido de oferecer soluções ou críticas que já foram apresentadas no passado. Portanto, nesse sentido, mais uma vez, é perigoso não conhecer a história da disciplina (Allison, 1996, p. 36-7).

Essa atitude, contra a qual Allison se insurge, provém de uma concepção “cientificista” da filosofia que a vê como conjunto de problemas insulados e bem-definidos para cuja solução o passado da filosofia seria irrelevante. Em seus livros, no entanto, Allison demonstra a profunda interconexão que existe entre os problemas filosóficos e preocupações do presente, por um lado, e o pensamento filosófico do passado, por outro. A boa filosofia, mesmo quando aborda problemas específicos, exige familiaridade com as discussões filosóficas do passado pois os problemas filosóficos e sua interconexão só se tornam inteligíveis à luz da história da filosofia. Parafraseando Kant, poderíamos dizer que a filosofia sem história da filosofia é cega, enquanto a história da filosofia sem filosofia é vazia.

Referências

ALLARD, J. W. *The Logical Foundations of Bradley's Metaphysics: Judgment, Inference, and Truth*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ALLISON, H. Henry Allison: Personal and Professional (interview by Steven A. Gross). *The Harvard Review of Philosophy*, v. 6, n. 1, p. 31-45, 1996. DOI: <https://doi.org/10.5840/harvardreview1996613>

ALLISON, H. *Kant's Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense*. New Haven: Yale University Press, 2004. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctt1cc2kjc>

BRADLEY, F. H. *Appearance and Reality*. Oxford: Clarendon Press, 1930.

BRADLEY, F. H. *The Principles of Logic*. London: Oxford University Press, 1928.

CARNAP, R. A velha e a nova lógica (1930). Tradução de Alexandre Alves. *Princípios: Revista de Filosofia*, v. 30, n. 63, p. 203-229, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21680/1983-2109.2023v30n63ID31448>

CARNAP, R. *The Logical Structure of the World and Pseudoproblems in Philosophy* (1928). Tradução de Rolf A. George. Chicago: Open Court, 2003.

GEACH, P. *Truth, Love and Immortality: An Introduction to McTaggart's Philosophy*. Berkeley: University of California Press, 1979.

GLOCK, H.-J. Strawson and Analytic Kantianism. In: GLOCK, H.-J. (Ed.). *Kant and Strawson*. Oxford: Oxford University Press, p. 15-42, 2003.

HANNA, R. *Kant e os fundamentos da filosofia analítica*. Tradução de Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

KANT, I. *Prolegômenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2020.

MACFARLANE, J. Frege, Kant, and the Logic in Logicism. *Philosophical Review*, v. 111, p. 25-65, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1215/00318108-111-1-25>

MCTAGGART, J. M. E. *The Nature of Existence*, Vol. 1, II. Cambridge: Cambridge University Press, 1921, 1927.

MENSCH, J. Kant and the Problem of Idealism: On the Significance of the Göttingen Review. *The Southern Journal of Philosophy*, v. XLIV, p. 297-317, 2006.

O'SHEA, J. R. Conceptual Connections: Kant and the Twentieth-Century Analytic Tradition. In: BIRD, G. (Ed.). *The Blackwell Companion to Kant*. Oxford: Blackwell, 2006, p. 513-527. DOI: <https://doi.org/10.1002/9780470996287.ch34>

O'SHEA, J. R. R. Kant's Theoretical Philosophy: The 'Analytic' Tradition. In: BAIASU, S.; TIMMONS, M. (Eds.). *The Kantian Mind*. London and New York: Routledge, p. 513-525, 2023.

REICHENBACH, H. Kant e a ciência natural (1933). Tradução de Alexandre Alves. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. 28, n. 3, p. 95-110, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v28i03p95-110>

REICHENBACH, H. *The Rise of Scientific Philosophy*. Los Angeles: University of California Press, 1951.

SCHWARTZ, S. P. *A Brief History of Analytic Philosophy: From Russell to Rawls*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012.

SELLARS, W. *Science and Metaphysics: Variations on Kantian Themes*. London: Routledge; re-issued by Atascadero, CA: Ridgeview Publishing Company, 1968.

STRAWSON, P. F. A bit of Intellectual Autobiography. In: GLOCK, H. J. (Ed.). *Strawson and Kant*. Oxford: Clarendon Press, p. 7-14, 2003.

STRAWSON, P. F. *The Bounds of Sense: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason*. London: Routledge, 1966.

WESTPHAL, K. R. Kant's Critique of Pure Reason and Analytic Philosophy. In: GUYER, P. (Ed.). *The Cambridge Companion to Kant's Critique of Pure Reason*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 401-430, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1017/CCOL9780521883863.018>.